



# Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados

Thamy Ayouch<sup>1</sup>

As transidentidades e a psicanálise podem entender-se? Podem dialogar pessoas trans e psicanalistas? Que aportes mútuos podemos imaginar ou esperar entre os estudos transgêneros (*Transgender Studies*) e a psicanálise? Esse é precisamente o alvo deste dossiê.

As teorias “psi”, e a psicanálise no centro delas, têm provocado a desconfiança de uma maioria de pessoas trans, sejam elas “pacientes” de dispositivos impostos, militantes e ativistas, ou teóricos/as dos estudos transgêneros. Durante muitas décadas, a maioria das posturas psicanalíticas cometeram um maltrato profundo e não reconhecido das identificações trans. A violência tem sido:

- clínica, na arbitrariedade dos protocolos, na exigência da restauração de uma conformidade binária de gênero após as transições, ou na obstinação em dissuadir as/os pacientes de qualquer transição, considerada como resposta louca a uma demanda louca;
- teórica, já que a abundante literatura psicanalítica sobre “o transexualismo” padece de uma grande hetero e cis-normatividade e de uma despreocupação alarmante da realidade histórica e clínica;
- e ética, na imposição da normatividade de “experts” psi que nunca interrogaram a sua massiva contra-transferência.

O “transexualismo” (ou seja o que for a designação da moda: “transtorno de identidade de gênero” ou “disforia de gênero”) procede de um diagnóstico e o seu reconhecimento se acompanha de uma patologização. Para uma pessoa ser identificada como “transexual” e ter acesso aos protocolos de redesignação de sexo, um diagnóstico de patologia mental há de ser

---

<sup>1</sup> Possui doutorado - Université de Paris 7 - Université Denis Diderot (2007). É psicanalista, Maître de Conférence (professor com cadeira vitalícia) - Université de Lille 3 Sciences Humaines et Sociales, e pesquisador na Universidade Paris 7 - Denis Diderot. E-mail: thamy.ayouch@gmail.com

emitido por uma equipe oficial de psiquiatras, psicólogos e endocrinologistas. O “transexualismo” aparece como invenção institucional médico-jurídica do século XX que conseguiu policiar as identificações de gênero consideradas como desviantes, ao referi-las ao binarismo do sistema sexo-gênero. Na teoria psicanalítica, ele tem funcionado como “insulto diagnóstico”: consistiu em privar os principais interessados de toda capacidade simbólica, confiscando a sua voz e exigindo a confissão da sua ignorância, para produzir a verdade dos seus corpos e desejos.

Portanto, quando vozes transidentitárias e vozes psicanalíticas se encontram, é sobretudo, numa “inversão da questão transexual” (similar à “inversão da questão homossexual” tematizada por Eric Fassin). O saber sobre o “transexualismo” surgiu na encruzilhada de uma medicalização do jurídico com uma legiferação da medicina: ele é um dos efeitos do que Foucault chamava de “poder disciplinar de normalização”, um poder produtivo, inventivo e tributário de um saber que constitui tanto seu efeito quanto a sua condição de exercício.

Sendo assim, nessa “inversão da questão transexual”, se o “transexualismo” constituiu, durante muito tempo, um problema para as teorias “psi”, se os saberes psi têm se interrogado durante várias décadas sobre as transidentidades, hoje são as transidentidades que devolvem a cortesia e questionam os saberes psi na sua visão limitada do gênero.

Nesse confronto, não se trata de constituir novos saberes psi sobre a origem ou o funcionamento das transidentidades, mas de analisar a hostilidade teórica, clínica, contra-transferencial provocada por essas identificações.

A “inversão da questão trans” consiste precisamente em deixar de perguntar o que a psicanálise pode dizer das transidentidades, o que seria abusivo seja o que for a alegação: se a psicanálise pretende se ocupar da hipersingularidade do sujeito e foge a toda categoria generalizadora, faz pouco sentido falar globalmente de transidentidades quanto de cis-identidades. A inversão consiste em perguntar, antes, o que essas identificações e sua nova visibilidade e empoderamento vêm revelar do funcionamento de um tipo de discurso psicanalítico, da sua essencialização e das suas metas de poder. A questão é irremediavelmente politizada: trata-se da inscrição da psicanálise na *Polis*, da sua dimensão irredutivelmente política e dos efeitos de poder do seu saber.



Por conseguinte, nesse confronto, as posições de pesquisadore/as transidentitário/as engajado/as no campo da sua experiência pessoal, da militância e da luta, subjetiva ou coletiva, pelo reconhecimento, são fundamentais. A expertise é a das pessoas trans, que não podem mais ser consideradas como objetos de discursos científicos, mas são sujeitos produtores de discursos de saber. Felizmente, a paisagem teórica da psicanálise está gradativamente evoluindo e vai questionando as maiores rigidezes teóricas. Os textos deste número almejam realizar este diálogo entre autore/as trans, produtorre/as de um saber e autore/as psicanalistas que questionam as ofuscações do saber psicanalítico, inclusive através de autore/as simultaneamente trans e psi.

Porém, resta uma questão central nesse confronto de vozes, que diz respeito à legitimidade da enunciação: quem pode falar aqui, e de quê?

Com toda legitimidade, vozes trans falaram do maltrato de discursos psi. Mas que validade ou autoria têm vozes psi cis para falarem de questões trans? Por causa das confiscações do saber que perpetraram uma administração biopolítica dos corpos e das vidas, parece totalmente compreensível que muitas pessoas trans recusassem vozes cis, e mais particularmente discursos “cis-psicanalíticos”. Além de uma resposta legítima à violência teórica e clínica que lhes foi imposta, trata-se aqui de uma questão de epistemologia situada, ou de “objetividade forte”, conforme teorizaram Donna Haraway e Sandra Harding. Se vozes trans têm muito mais legitimidade para falar de questões trans, a epistemologia situada de autore/as trans abordando questões trans mostra que a situação não é só sua própria, mas também aquela dos discursos que pretendem não serem situados. As epistemologias situadas revelam a falsa “neutralidade” ou “objetividade” dos discursos que objetivam falar “desde fora”: elas evidenciam que este “ponto zero” supostamente universal é uma posição particular, na maioria dos casos a do homem-varão branco ocidental cis e heterocentrado, de classe média ou média-alta. E os/as psicanalistas, por mais que almejem a abstinência na sua escuta, não escapam a essa situação.

De onde falam as vozes psi, de onde falo eu? Eu falo do ponto de vista de um sujeito assinalado como homem cis e se definindo como não binário, de um sujeito bi ou gay com fluidez e sem crença na identidade. Falo do ponto de vista de um menino efeminado que foi marginalizado na escola e no colégio, e tentou um *passing* como homem da mesma forma que tentou, mais tarde, um *passing* como branco. Falo do ponto de vista de um marroquino afrancesado no Marrocos, que se formou e viveu na França, morou em 5 países, do ponto de vista de um árabe-judeu, de um filósofo-psicanalista. Falo do ponto de vista de um pesquisador em psicanálise e gênero, desejoso de desconstruir arrogâncias e rigidezes do campo analítico.



Falo como feminista, visando um feminismo além de qualquer essencialização do sujeito do feminismo. Falo como companheiro da militância trans, associado a lutas, mas que nunca fez pessoalmente a experiência social diária da transição de gênero. Se a multiplicidade dessas posturas enunciativas localiza a minha fala, ela a circunscreve também.

É, visivelmente, a partir de uma análise da própria situação que psicanalistas podem se expressar sobre questões trans, e com limites evidentes. Não se trata aqui de falar de questões trans em si ou de realizar uma extração de verdade na qual a psicanálise teria a última palavra, mas de falar da própria psicanálise quando ela aborda questões de gênero e sexualidade, das posturas que nela precisam ser revisadas. O alvo, ao falar como psi de questões trans, não é a produção de um saber sobre transidentidades, mas sobre as ferramentas psicanalíticas, as representações de gênero conscientes e inconscientes na postura do/a analista e na teoria analítica, a direção da cura, o manejo da contra-transferência, e a fluidez psíquica.

Isso implica para as posturas psicanalíticas se des-solidarizarem das avaliações psiquiátricas, denunciarem o maltrato institucional, teórico e clínico das pessoas trans, pensarem, além do binarismo e a partir da multiplicidade e abandonarem as etiologias, as nosografias e talvez toda a psicopatologia. O alvo seria elas abarcarem as variedades de sexuações e sexualidades não como exceções mas como a regra da subjetivação. Talvez o ponto de encontro de saberes psi e saberes trans resida na promoção da multiplicidade e da criatividade psíquica e social, dentro de uma “política das alianças”. Trata-se de ver que a fluidez, a transição, a metamorfose vivenciadas por pessoas trans durante e depois da sua transição são processos de construção do gênero, que dizem respeito também a pessoas ditas cis. Trata-se de apreender os percursos plurais trans como diversas possibilidades de identificação de gênero, como uma entre outras possibilidades de subjetivação, não suscetíveis de serem classificadas hierarquicamente em função de uma suposta superioridade das identificações cis-gênero. Trata-se de considerar que o gênero, ademais de não ser nem uma sentença biológica nem uma condenação simbólica, nunca é monolítico e fixo.

Se há legitimidade de psis falarem em trans é para indicar a dimensão irredutivelmente política deste debate. Mas nunca vozes psi cis poderão se substituir a vozes trans, porque as inscrições políticas das subjetividades trans ou cis nas normas de gênero e os graus de vulnerabilidade social aos quais são respectivamente expostas não são intercambiáveis.

